

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.617.927 - SP  
(2019/0334217-2)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
EMBARGANTE : BRUNO CÉSAR DE DEUS (PRESO)  
ADVOGADO : RENATO CARVALHO DONATO - SP334044  
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO. **HABEAS CORPUS** CONCEDIDO DE OFÍCIO. LIBERDADE ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. REEXAME DA CAUSA. INVIABILIDADE.

Os embargos declaratórios não constituem recurso de revisão, sendo inadmissíveis se a decisão embargada não padecer dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição e omissão). Na espécie, foi conferida a devida tutela jurisdicional, inexistindo omissão, porquanto não conhecido o agrado regimental, uma vez que suas razões reproduziram os termos do recurso especial, proceder que não rechaça os fundamentos da decisão que pretendia reformar.

Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 10 de março de 2020(Data do Julgamento)

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**

Relator